

RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.804 - SP (2018/0282515-1)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MARCOS CARDOSO FRANCO
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUSA JANUÁRIO E OUTRO(S) -
MG099038
RECORRIDO : UNIÃO

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MARCOS CARDOSO FRANCO** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região no julgamento de Apelação, assim ementado (fl. 1.143e):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR TEMPORÁRIO. LICENCIAMENTO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A DOENÇA E O SERVIÇO MILITAR. REFORMA. DESCABIMENTO. ESTABILIDADE. DECÊNIO LEGAL. AGREGAÇÃO. DANOS MORAIS. NÃO OCORRÊNCIA.

I - O militar temporário possui vínculo precário com a Administração Militar, que cessa ao fim do período de prestação de serviço ou a qualquer momento por conveniência (juízo discricionário).

II - O direito à reforma (art. 111 da Lei nº 6.880/80) somente atende ao militar estável ou àquele considerado inválido, isto é, impossibilitado total e permanentemente para qualquer trabalho.

111 - Militar temporário acometido de doença não incapacitante, sem relação de causa e efeito com o serviço, e não elencada no artigo 108, inciso V, do Estatuto do Militar, não possui direito de ser reformado.

IV - À obtenção da estabilidade não basta o transcurso do prazo de dez anos de atividade pelo militar, sendo de rigor a observância dos demais requisitos. Precedentes do STJ.

V - O período em que o autor esteve reintegrado ao Exército, para fins de tratamento médico, por força de antecipação de tutela, não caracteriza agregação e não gera o direito à reforma com base no artigo 106, III, do Estatuto do Militar.

VI - Para a configuração da responsabilidade civil do Estado é necessária a demonstração dos seguintes pressupostos: conduta lesiva do agente, o dano e o nexo de causalidade e, em se tratando de dano moral, é necessária ainda a demonstração da ocorrência de sofrimento desproporcional e incomum, cuja compensação pecuniária possa amenizar, mas nunca satisfazer integralmente o prejuízo causado.

VII - Não demonstrados nos autos o nexo causal entre o serviço militar e a lesão incapacitante é indevida indenização por danos morais.

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Arts. 50, alíneas 'a' e 'e', art. 82, V, art. 84, art. 106, II e III, art. 108, IV e V, art. 109 e art. 110, todos da Lei no 6.880/1980- "ao contrário do que entendeu o v. acórdão recorrido, o Recorrente adquiriu a estabilidade decenal prevista na Lei no 6.880/80, haja vista que incorporou às fileiras militares em 02 de março de 2001 (fls. 65), tendo sido licenciado com 12 (doze) anos, 08 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias de serviço militar (conforme cópia do certificado de reservista de 1ª categoria anexado aos autos). Nesse sentido é a atual jurisprudência desse Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*, segundo a qual não foi afastado o direito do militar à aquisição da estabilidade decenal, pelo mero decurso do prazo legal de 10 (dez) anos, devendo ser reconhecido que o militar satisfaz o requisito dos 10 anos de tempo de Serviço Militar, sendo que a estabilidade deverá ser objeto de oportuna apreciação pela Unidade Militar, em conformidade com os demais requisitos postos em lei" (fl. 1.156e); "em decorrência da incapacidade definitiva do Recorrente para o serviço militar, uma vez que é portador de doença especificada em lei, é evidente o seu direito à reforma, no mínimo, com os proventos integrais da graduação hierárquica que ocupava na ativa, nos exatos termos do art. 106, II c/c art. 108, IV e V e art. 109 (sem prejuízo do soldo correspondente ao grau hierárquico imediato, caso atestada sua invalidez para as atividades civis, nos termos do art. 110), todos da Lei no 6.880/805, com todas as vantagens devidas, inclusive isenção do imposto de renda^o e ajuda de custo de transferência para a inatividade remunerada" (fl. 1.168e); "o Recorrente deveria ter sido reformado, pois está na situação de agregado/adido bem mais que os 02 (dois) anos previstos na legislação, conforme prescreve o supramencionado art. 106, III, da Lei n.º 6.880/80" (1.170); "como o Recorrente permaneceu mais de 04 (quatro) anos na condição de adido/agregado e sem nenhuma melhora no seu estado de saúde, é evidente o seu direito à reforma ex-officio" (fl. 1.175e); e

- II. Art. 927, do Código de Processo Civil - o Recorrente tem direito à indenização por danos morais, ainda que o Estatuto dos Militares não possua tal previsão" (fl. 1.199e).

Com contrarrazões (fls. 1.258/1.303e), o recurso foi inadmitido (fls. 1.305/1.308e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 1.358/1.359e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou a ausência de incapacidade laboral do Recorrente e a ausência de *nexo entre a doença e a atividade militar*, nos seguintes termos (fls. 1.133/1.142e):

Do caso concreto.

No caso em tela, trata-se de militar incorporado no serviço militar obrigatório em 01/03/2001 e que, após sucessivos reengajamentos, foi licenciado em 01/03/2008 (fls. 62/63).

Consta dos documentos trazidos à colação que o autor começou a apresentar quadro de depressão em abril de 2005 (fls. 118). e que, diante do agravamento da situação, acabou necessitando de internação no Hospital Espírita Américo Bairral, no período de 31/03 a 06/04/2006. Posteriormente, em sucessivas inspeções de saúde, foi considerado inapto para a atividade militar, permanecendo em tratamento por todo o período, com diversos diagnósticos, todos de natureza psiquiátrica, dentre os quais destaco: CID 10 F33 ("transtorno depressivo recorrente"); F 32.2 ("Episódio depressivo grave sem sintomas psicótico"); F 31 ("Transtorno afetivo bipolar") (lis. 80/88 e 94/104).

Na avaliação de 29/06/2007, o soldado recebeu o diagnóstico CID 10 F 31.7 ("Transtorno afetivo bipolar, atualmente em remissão") e foi considerado apto para a atividade militar, com a recomendação de que

fosse dispensado de atividades noturnas e da manipulação de armamentos e explosivos.

Recorreu da conclusão médica e foi submetido a uma nova junta médica que, em 20/12/2007, reiterou o parecer pela aptidão para as atividades militares (fls. 89/90; 105/107; 139 e 144).

O laudo pericial, em juízo realizado em 04/12/2009 por perito médico psiquiatra, foi contundente quanto à capacidade laborai do autor e à ausência de nexo entre a doença e a atividade militar (fls. 542/548).

Destaco:

"O periciado apresenta transtorno depressivo recorrente, atualmente em remissão, pela CID10 F33.4.

O autor teve no passado episódios depressivos, as não apresenta sintoma depressivo.

Apesar de referir um sofrimento subjetivo não foram encontrados fundamentos no exame do estado mental para tanto, (..) Suas queixas são relacionadas a questões existenciais e 'tão decorrem do serviço militar uma vez que sua estruturação psíquica é anterior a este fato e porque alastra-se para todos os aspectos da vida.(..) Portanto, não foram encontrados indícios de que as queixas apresentadas interfiram no seu cotidiano."

Reforça a conclusão do laudo, quanto à ausência do nexo causal entre a enfermidade e o serviço militar, as informações trazidas no Laudo Médico integrante da Inspeção de Avaliação realizada no Exército em dezembro de 2007, no qual o autor relatou que seus problemas emocionais tiveram início após o óbito de seu pai e de um tio, em 2004, bem como das dificuldades familiares decorrentes da separação da cônjuge e da guarda de seu filho de 5 anos, que teria hiperatividade. Naquela oportunidade, o psiquiatra apresentou o diagnóstico CID 10 F 43.2 ("transtornos de adaptação"), com a seguinte justificativa (fls. 344/345):

"O periciando apresentou reação depressiva (reação de luto), com ansiedade desencadeada pela morte do pai, associada à separação conjugal e a responsabilidade de educar um filho hiperativo. Evoluiu com remissão dos sintomas, estando em processo de diminuição do uso de psicofármacos. Necessita continuar tratamento ambulatorial, porém, já reúne condições de retomar as suas atividades militares" (fl. 345).

Outrossim, o perito judicial deixou claro, ainda, que o autor não padece de transtorno afetivo bipolar, nem é portador de doença crônica. Ainda, asseverou que o uso de medicação psiquiátrica não toma o indivíduo

incapaz, e que "no exame do estado mental não se evidenciou qualquer alteração do nível de consciência, atenção ou memória".

Dos fatos narrados, resta incontroverso que o autor apresenta doença de ordem psiquiátrica, alternando períodos de agravamento e períodos de remissão.

Nesse contexto, não há como se averiguar se por ocasião do licenciamento o autor apresentava quadro incapacitante. Contudo, há indícios de que a administração militar acompanhou de perto cada fase da doença do militar, amparando-o com o tratamento médico especializado necessário. Restou demonstrado, inclusive, que o Exército socorreu o soldado nos momentos de maior gravidade da doença, inclusive providenciando internação hospitalar.

Logo, dissociado do conjunto probatório o argumento de que o soldado estivesse incapacitado por ocasião do licenciamento.

Por outro lado, embora tenha havido divergência quanto ao diagnóstico durante os anos, é certo que o reconhecimento de uma ou outra doença (se depressão ou transtorno bipolar), por si só, não se mostra suficiente a garantir a reforma do militar. Para tanto, imprescindível que a doença psiquiátrica ocasione alienação mental, nos termos do inciso V do artigo 108 da Lei nº 6.880/80, o que apenas pode ser aferido por médico especialista, segundo critérios científicos, o que não ocorreu na hipótese. Não há que se falar, assim, em doença laborai e tampouco incapacitante.

Acrescente-se que a depressão, dentre outras desordens psiquiátricas, é um mal que acomete milhões de pessoas mundo afora, militares e civis, as quais, tratadas, levam unia vida normal. E o seu tratamento, no país, pode ser obtido gratuitamente pelo Sistema único de Saúde (SUS) mediante consultas e fornecimento de medicamentos. O próprio autor utilizou-se desse serviço para a manutenção do tratamento, consoante indicam os documentos de fls. 414/416.

Melhor sorte não assiste ao autor no tocante à aludida estabilidade, que teria adquirido com 10 (dez) anos de efetivo exercício (art. 50, IV, a, da Lei 6.880/80), em razão de sua reintegração às Forças Armadas, na condição de agregado, por força da antecipação dos efeitos da tutela deferida nestes autos, em 03/11/2008 (fls. 160/162).

O Superior Tribunal de Justiça, nos Embargos de Divergência no Recurso Especial nº 565.638/RJ, pacificou a orientação no sentido de garantir ao militar o cômputo do tempo de serviço exercido por força de medida judicial precária, in verbis: "é assegurado ao praça militar temporário a estabilidade profissional quando ultrapassar o decênio legal de efetivo serviço castrense, ainda que por força de decisão judicial, comprovado nos autos o lapso temporal exigido, a teor do disposto no art. 50, inc. IV, alínea 'a' da Lei nº 6.880/1980" (Terceira Seção, Relator p/ acórdão o Ministro Felix Fischer, DJU de 18/9/2006).

Ocorre, contudo, que o próprio STJ tem decidido que à obtenção da

estabilidade não basta o transcurso do prazo de dez anos de atividade pelo militar, sendo de rigor a observância dos demais requisitos, como aqueles descritos no art. 130 do Decreto n. 57.654/1966, v.g.: conveniência da administração; boa formação moral; robustez física; comprovada capacidade de trabalho; boa conduta civil e militar. (...)

(...)

Portanto, descabido o reconhecimento da estabilidade ao militar pelo mero cumprimento do decênio legal.

Acrescento que não cabe ao Poder Judiciário aferir critérios subjetivos adotados pelo administrador, porque não há parâmetros aplicáveis. O judiciário pode incursionar no mérito do ato administrativo se e enquanto os limites do poder discricionário forem ultrapassados de maneira evidente, quando o ato terá sido ilegal. Mas não pode se substituir a avaliação do administrador de matérias de seu juízo de conveniência e oportunidade. Na esteira do ensinamento de HELY LOPES MEIRELLES, "a justiça somente anula atos ilegais, não podendo revogar atos inconvenientes ou inoportunos mas formal e substancialmente legítimos, porque isto é atribuição exclusiva da Administração" (Direito Administrativo Brasileiro, 33ª edição. São Paulo:

Malheiros, 2007. Pág. 209).

Outrossim, a agregação, prevista no artigo 82 da Lei nº 6880/80, somente se dá quando o militar tenha sido julgado incapaz definitivamente ou quando tenha sido considerado incapaz temporariamente por 1 ano contínuo e, somente após o transcurso de 2 anos na condição de agregado é que se verifica a possibilidade da concessão da reforma com base no artigo 106, 111, do Estatuto do Militar, e, consoante entendimento firmado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, desde que seja reconhecida, por junta médica, a incapacidade definitiva nos termos do artigos 108 e 109 do Estatuto, verbis:

(...)

Na presente hipótese, em nenhum momento restou reconhecida a incapacidade definitiva do apelante.

Além disso, a reintegração ocorreu em virtude de decisão judicial precária, posteriormente reformada, de forma que os atos praticados com base naquele provimento perderam seu fundamento de validade.

Por fim, pleiteia o autor a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da doença e do licenciamento ilegal.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso X, expressamente assegurou a todos que sofram violação do direito à imagem, à intimidade, à vida privada e à honra a indenização por danos morais e, no artigo 37, § 6º, estabeleceu a responsabilidade civil objetiva do Estado pelos danos causados por seus agentes a terceiros.

Assim, para a configuração da responsabilidade civil do Estado, é necessária a demonstração dos seguintes pressupostos: conduta lesiva do agente, o dano e o nexo de causalidade.

Ausente o nexo causal entre a doença e o serviço militar, e não havendo ilegalidade no ato de licenciamento, conforme amplamente demonstrado, não há que se falar em indenização por danos morais (destaques meus).

In casu, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reformando o acórdão recorrido, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. REFORMA COM PROVENTOS CALCULADOS COM BASE NO GRAU SUPERIOR. INCAPACIDADE RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM.

IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. INCAPACIDADE RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM COM BASE NO LAUDO MÉDICO PERICIAL ALIADO ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DO MILITAR, ATESTANDO SUA INCAPACIDADE TOTAL PARA QUALQUER ATIVIDADE LABORAL. FUNDAMENTO AUTÔNOMO E NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que a Corte de origem foi categórica em afirmar que o Militar, considerando o laudo médico e suas condições pessoais, encontra-se completamente incapacitado para o exercício de qualquer atividade laboral, reconhecendo o direito à reforma com fundamento no art. 110, § 1o. da Lei 6.880/80.

2. Nesse cenário, torna-se inviável o acolhimento da tese recursal apresentada pela UNIÃO. A uma, porque o fundamento utilizado pela Corte local de que a análise da incapacidade do Militar não se restringe ao laudo médico, suficiente para manutenção do acórdão recorrido, não foi refutado, incidindo à hipótese a Súmula 283/STF.

A duas, porque a inversão do julgamento, a fim de acolher a pretensão e reconhecer a capacidade laboral do Militar, implicaria o revolvimento da matéria fática-probatória dos autos, o que esbarra no óbice contido

na Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo Interno da UNIÃO a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 644.863/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 31/03/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR TEMPORÁRIO. REVISÃO DO ATO DE LICENCIAMENTO. AÇÃO AJUIZADA APÓS ULTRAPASSADO O PRAZO DE CINCO ANOS, PREVISTO NO ART. 1º DO DECRETO 20.910/32. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. OCORRÊNCIA. ART. 198, I, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE. INEXISTÊNCIA, NOS AUTOS, DE NOTÍCIA DE QUE O AGRAVANTE ENCONTRA-SE INCAPACITADO PARA OS ATOS DA VIDA CIVIL, OU QUE SUA INTERDIÇÃO JUDICIAL TENHA SIDO PLEITEADA. EXAME, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Na forma da jurisprudência, "em se tratando de ação na qual o ex-militar pleiteia sua reintegração ao serviço e, por conseguinte, a concessão de reforma, o termo inicial do prazo prescricional é a data do licenciamento, por se tratar de ato único de efeito concreto" (STJ, AgRg no AREsp 45.362/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/09/2012).

II. Hipótese em que o agravante foi licenciado do serviço ativo do Exército em 31/03/82, tendo a ação ordinária sido ajuizada em 09/12/92, ou seja, quando já ultrapassado o prazo prescricional de cinco anos, previsto no art. 1º do Decreto 20.910/32.

III. A hipótese de incapacidade e não fluência da prescrição, prevista no art. 198, I, c/c art. 3º do Código Civil, não se aplica ao caso concreto, uma vez que não há, nos autos, qualquer alegação no sentido de que a suposta doença que acomete o agravante o tenha tornado absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, inexistindo notícia de que, ao menos, tenha sido pleiteada sua interdição judicial.

IV. Nos termos dos arts. 106, II, 108, IV, V e VI, 109 e 110 da Lei 6.880/80, o ex-conscrito, ou seja, aquele que apenas prestou o serviço militar obrigatório, sendo posteriormente licenciado, para fazer jus à reforma militar deverá comprovar estar incapacitado em decorrência de doença que (a) eclodiu durante a prestação do serviço castrense, independentemente de relação de nexo causal, ou (b) se surgida em momento posterior, desde que comprovado o referido nexo de causalidade. Precedente: STJ, AgRg no REsp 1.402.063/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de

20/11/2013.

V. Hipótese em que, com base no conjunto probatório dos autos, entendeu o Tribunal de origem que a eclosão da doença incapacitante não foi contemporânea à prestação do serviço militar, pelo ora agravante, inexistindo, outrossim, qualquer relação de causa e efeito entre a doença e o serviço castrense. Destarte, rever tal premissa fática esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

VI. "A revisão das premissas fixadas pela Corte origem é inviável em recurso especial, em respeito ao teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, que veda a revisão dos aspectos fáticos dos autos, aplicável, também, aos recursos fundados na alínea 'c' do permissivo constitucional" (STJ, AgRg no AREsp 494.558/MS, Rel.

Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/08/2014).

VII. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1318829/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 25/03/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. MILITAR TEMPORÁRIO. PRETENSÃO DE REFORMA FUNDADA EM MOLÉSTIA QUE ECLODIU DURANTE O SERVIÇO ATIVO. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A DOENÇA E A INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE CASTRENSE RECONHECIDA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. CONCLUSÃO APOIADA NO SUPORTE FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DA UNIÃO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento de que o Militar, temporário ou de carreira, que por motivo de doença ou acidente em serviço se tornou definitivamente incapacitado para o serviço ativo das Forças Armadas, faz jus à reforma, no mesmo grau hierárquico que ocupava enquanto na ativa, independentemente de seu tempo de serviço.

2. No caso dos autos, fundado nas provas colhidas durante a instrução, o Tribunal de origem afirma a incapacidade laborativa do Militar, bem como sua invalidez, confirmando que sua alienação mental é decorrente do exercício da atividade castrense.

3. Portanto, presente essa premissa fático-probatória, a alteração dessas conclusões, na forma pretendida pela União, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo Regimental da UNIÃO desprovido.

(AgRg no REsp 1316718/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 01/04/2016)

ADMINISTRATIVO. MILITAR. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E

1022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. MILITAR INCAPACITADA PARA O SERVIÇO ATIVO DO EXÉRCITO AO TEMPO DO DESLIGAMENTO. REINTEGRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Inicialmente, constata-se que não se configura a ofensa aos arts. 489 e 1022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. 2. Na hipótese dos autos, a militar estava temporariamente incapacitada para o serviço ativo do Exército ao tempo do desligamento. Com efeito, o entendimento da jurisprudência do STJ é de que o militar acometido de doença incapacitante, durante a prestação do serviço castrense, faz jus à reintegração para tratamento médico-hospitalar adequado, sendo-lhe assegurada a percepção das vantagens remuneratórias desde a data do indevido licenciamento. Dessa forma, a harmonia entre o acórdão impugnado e a jurisprudência do STJ atrai a aplicação da Súmula 83 do STJ. 3. No mais, a irresignação na moldura delineada, no tocante à incapacidade e ao nexo causal entre a moléstia e a atividade militar, não comporta trânsito, porquanto a mudança das conclusões adotadas pelo Tribunal de origem exige novo exame do acervo fático-probatório dos autos, sendo vedado em Recurso Especial ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1667972/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 13/09/2017)

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos enunciados administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à *novel* legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos, quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código

de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10º do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO n. 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do Código de Processo Civil de 2015, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de R\$ 1.000,00 (um mil reais – fl. 907e) para R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora